

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Gabinete da Presidência



## VOTO DE PROTESTO

No passado dia 31 de Maio de 2012, sem que nada o fizesse prever e sem aviso prévio, os contribuintes do Concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, viram encerrar o serviço de finanças concelhio.

Tal decisão, avalizada pelo Governo da República, provoca um conjunto de constrangimentos às populações, nomeadamente os habitantes e residentes na zona do Topo, que passam a ter que se deslocar às Velas para resolverem assuntos, muitas vezes, simples, mas urgentes.

Desde a primeira hora, condenou veementemente o encerramento deste serviço público no concelho da Calheta, por todos os constrangimentos que ele acarreta para os seus utilizadores, mas essencialmente porque resulta de um processo de reformas cegas que estão a impor na Região sem que primeiro se ouçam as populações, as autarquias locais e os Órgãos de Governo Próprio.

Tem-se consciência que o País está sob protectorado e refém do cumprimento de um memorando assinado com instâncias internacionais, mas não se aceita que sejam as populações sempre as prejudicadas.

Entendemos que o Estado deve manter serviços de proximidade às populações, assim possibilitando-lhes melhores condições de vida, pelo que não compreendemos como é que a política seguida nos últimos anos tem sido precisamente contrária: com sucessivos encerramentos de serviços têm-se criado inúmeros constrangimentos às populações, contribuindo-se para a desertificação de cada vez mais Concelhos e Freguesias.

Tudo isto tem um peso reforçado nos Açores, dadas as nossas especificidades insulares. Os Açorianos já sofrem com a crise e com a insularidade, não precisam que estes factores sejam aumentados por medidas centralistas como esta!

Importa referir que o encerramento do Serviço de Finanças da Calheta não permite quaisquer poupanças ao Estado, pois funcionava num edifício propriedade do próprio Estado.

assembleia legislativa da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Gabinete da Presidência

Aliás, recorde-se que no que toca aos serviços de finanças na ilha de São Jorge, a instabilidade

tem sido mais do que muita: primeiro, foi a tentativa da Câmara Municipal das Velas de

despejar de instalações municipais o serviço de finanças das Velas; agora, sem aviso prévio,

encerram as finanças da Calheta.

Com esta decisão cega e centralista o Estado contribui para retirar gente à Calheta e provoca um

conjunto de problemas aos cidadãos que passam a ter que se deslocar vários quilómetros para

resolver um problema.

Não podemos concordar que um Jorgense, residente na zona do Topo, tenha de gastar uma

manhã inteira ou uma tarde, para se deslocar ao Serviço de Finanças das Velas, para fazer, a

título de exemplo um mero requerimento.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, aprova um voto de protesto contra o encerramento do serviço de

Finanças do Concelho da Calheta, na ilha de São Jorge, por se tratar de uma decisão centralista,

que prejudica, e muito, os contribuintes.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na

Horta, em 12 de junho de 2012.

O Presidente da Assembleia Legislativa

da Região Autónoma dos Açores

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

2